

# Condicionantes Sociais e Econômicos do Acesso à Universidade

Fernando Borges Moreira Monteiro\*

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso à Universidade tem sido nas últimas décadas um dos momentos de maior perplexidade dos estudantes brasileiros que buscam uma formação de nível superior.

Este momento crítico e inevitável de todo o alunado que busca galgar os degraus da Universidade, que tem sido vivenciado com emoção e desespero pelos familiares dos candidatos, recebe influências as mais diversas, que, de um modo ou de outro, podem ser decisivas no sucesso do ideal desejado.

No entanto, estas influências não são percebidas no momento específico em que os exames são prestados, mas são o reflexo de uma série de condicionantes que atuam ao longo da formação básica e secundária do pretendente e que têm uma estreita relação com suas origens sócio-econômicas.

O presente trabalho tem por objetivo, além de aplicar aspectos doutrinários e desenvolver a técnica de pesquisa de assunto de relevante interesse conjuntural, analisar esses condicionantes de origem sócio-econômica, e verificar como eles interferem no acesso à Universidade brasileira.

O tema representa um dos grandes desafios da educação superior do País pelo reflexo que poderá ter na formação das elites nacionais, no desenvolvimento científico e tecnológico, na qualificação de pessoal para o mercado de trabalho e, especialmente, na democratização da Universidade.

A idéia central é examinar a problemática do acesso à Universidade pela análise dos relatórios dos concursos vestibulares de algumas Instituições brasileiras e verificar como estes condicionantes apresentam-se nas diversas regiões do País.

Evidentemente não tem sentido analisar o processo seletivo do vestibular sem considerar a educação brasileira como um todo, já que as origens do problema se situam

---

\* Professor da UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR). Presidente da Comissão de Coordenação do Concurso Vestibular da UNIFOR.

em todos os níveis de formação e guardam uma estreita relação com a estrutura política, econômica e social existente no País.

Na realidade a seleção dos que terão ingresso na Universidade começa muito longe dela e tem início na escola primária, onde, de cada 100 alunos matriculados, apenas 15 concluem o primeiro grau e somente 10 conseguem chegar ao término do 2º grau. Dos que terminam o curso secundário, entre 5 e 6; no Nordeste, este número cai para 4, que têm condições de candidatar-se ao vestibular, uma vez que os demais, por motivos vários, necessitam ingressar no mercado de trabalho sem a formação superior.

Mesmo assim, o contingente de candidatos que procura entrada na Universidade apresenta uma grande heterogeneidade na sua origem social que, no entanto, já difere bastante do perfil médio da população brasileira como um todo.

Às portas da Universidade, no momento da escolha do curso a seguir, manifesta-se um outro forte processo seletivo: os candidatos oriundos das camadas de baixa renda optam por carreiras de baixo prestígio social, como Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Arquivologia, Biblioteconomia etc., enquanto aqueles originados das classes de média e alta renda preferem as chamadas profissões liberais, tais como Medicina, Engenharia, Direito etc.

Damasceno (1986) reafirma esta idéia quando diz:

*"Estudos empíricos expressam de forma categórica que os estratos sociais mais altos ocupam os cursos considerados de alto prestígio.*

*Tais cursos preparam de modo mais direto para o exercício das atividades relacionadas com o controle nos diversos níveis; legitima-se, assim, através do diploma de doutor, as funções sociais hierarquizadas, de acordo com o esquema das classes sociais.*

*Fecha-se, assim, o círculo vicioso: os mais ricos vão para os cursos que proporcionam maiores ganhos, o que lhes possibilitará, pelo menos, conservar o status das famílias de origem, e os mais pobres terminam nos cursos que não lhes abrem muitas perspectivas, tanto em termos de rendimentos, como de lugar no mercado de trabalho.*

*Em suma, o processo seletivo a que o candidato ao ensino superior é submetido tem como critério decisivo a situação econômica das famílias."*

Esta auto-exclusão do processo seletivo, embora não tenha uma explicação sociológica convincente, certamente tem muito a ver com a plena consciência do indivíduo de que seu nível de conhecimento não lhe permite aspirar carreiras de elevado prestígio, conformando-se, então, com pretensões mais modestas.

Costa Ribeiro (1986), comentando o assunto, diz:

*"Embora a escolha seja feita pelo indivíduo, ela representa apenas o filtro de um quadro de referência sócio-econômica e cultural historicamente determinado.*

*A cada carreira estão associados candidatos com perfis sócio-econômicos extremamente definidos. Forma-se assim uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações extremamente importantes para a compreensão da estrutura político-social do país."*

Após a aplicação das provas do exame vestibular, que deve selecionar os que apresentam um melhor desempenho, verifica-se que o que houve na verdade foi a exclusão dos mais pobres, uma vez que nesta faixa de renda concentram-se os candidatos menos preparados.

A análise dos relatórios sócio-econômicos dos candidatos inscritos em várias universidades brasileiras mostra, quando comparada com o perfil dos aprovados nestas instituições, que existe uma indiscutível influência das condições de renda das famílias nesta seleção.

Estes aspectos estão amplamente mostrados ao longo deste trabalho, onde são verificados alguns condicionantes, especialmente de origem social e econômica, que influem neste tipo de seleção.

Na realidade, a grande seletividade social e econômica, ocorrida nos concursos vestibulares do país, reflete de uma maneira clara as amplas desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Querer culpar os candidatos pelo seu despreparo, para enfrentar os exames, ou penalizar o ensino por eles recebido nos graus anteriores, parece-nos uma visão distorcida do problema, que como vimos tem raízes bem mais profundas e situadas num contexto sócio-econômico muito maior.

Outra grave disfunção operada durante o processo de seleção para o acesso à Universidade é observada, quando verificamos que candidatos se matriculam nas instituições públicas e quais aqueles que se dirigem para os estabelecimentos privados.

Giannotti (1987) comenta muito bem quando expressa a opinião de que:

*"Nas condições atuais, grande parte dos estudantes mais preparados, aqueles que têm o sucesso quase garantido nos exames vestibulares, provêm de escolas privadas e muito bem pagas. É natural que a burguesia poupe seus filhos do vexame que se tornou a escola pública.*

*Logo depois de saltar a barreira dos vestibulares, o aluno, que pagou a escola a vida inteira, cursa gratuitamente sua faculdade.*

*Resulta disso que as melhores universidades do país são frequentadas pelas melhores famílias, brancas, refinadas, enquanto a pequena burguesia mais pobre e as classes trabalhadoras ou fazem esforços gigantescos para romper essa barreira, ou tratam de colocar seus filhos em escolas de segunda categoria."*

Como cerca de 60% das vagas anualmente oferecidas para ingresso na Universidade situam-se em Instituições privadas, especialmente em estabelecimentos isolados, pode-se ter uma idéia das proporções da discriminação ocorrida.

Recentemente, a partir de 1988, com a tendência de cada Universidade tratar do seu próprio processo seletivo de acesso e com a adoção de níveis mínimos de desempenho no concurso, criou-se mais uma barreira para a entrada das classes menos favorecidas: a chamada vaga ociosa.

O não preenchimento de vagas oferecidas pelo não atingimento de níveis mínimos vem penalizando, principalmente, os pretendentes às instituições públicas e acontece especialmente nos cursos de baixo prestígio, como as licenciaturas, e traz de volta ao cenário universitário problemas que remontam a década de 50/60.

Dentro deste contexto ocorre-nos lembrar uma indagação de Costa Ribeiro (1988), quando comenta que as Universidades públicas têm um discurso democratizante e uma prática elitizante:

*"Para quê aumentar o número de vagas para depois deixá-las ociosas?*

*Como ter argumentos para manter a gratuidade da Universidade Pública se uma política deliberada impede o acesso dos menos favorecidos?*

---

*Como usar o argumento da pressão sobre a escola de 2º grau para justificar esta política de acesso, se é barrada a entrada daqueles que teriam a possibilidade de, frequentando uma Universidade Pública, se tomarem melhores docentes dos graus anteriores de ensino e assim melhorá-los?*

*Como conciliar o discurso da democratização do País e da Universidade com a postura de manutenção e aumento dos privilégios da classe alta que habita hoje, mais do que ontem, a classe discente das Universidades Públicas?*

*Como defender a gratuidade do ensino para um grupo cada vez mais privilegiado, com refeições ao preço de US\$ 0,00012, num país de subnutridos?*

*Será que há esperança de um dia a Universidade Pública Gratuita e Autônoma tomar consciência de suas reais responsabilidades sociais, num país como o nosso, descer da torre de marfim em que se encontra e mitigar as lutas da miséria?*

*Esperamos que sim."*

E nós também!

## 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Brasil não contava com nenhuma escola de nível superior até 1808, quando para aqui veio a Família Real Portuguesa. Esta ausência de escolas de nível superior era decorrente, evidentemente, do obscurantismo do processo de colonização portuguesa, que defrontando-se com nativos em estágios primitivos mantinha no poder uma classe dominante rica e de pouca cultura. Casos isolados de famílias que se interessavam pela cultura européia eram resolvidos enviando seus filhos para estudar na Metrópole.

As primeiras escolas superiores brasileiras surgiram depois do estabelecimento de D. João VI no Brasil e objetivaram unicamente manter a dominação das classes dirigentes através dos seus interesses burocráticos e políticos. Estas escolas eram uma imitação das instituições portuguesas, já na época defasadas das congêneres na Europa, e seguiam modelos medievais, preparando os filhos da classe dominante para o exercício das profissões liberais de prestígio, como Direito, Medicina e Engenharia.

Com a independência, as escolas superiores expandiram-se, mas mantendo sua dependência econômica e cultural de Portugal e serviam para a formação dos quadros administrativos do Império, especialmente nas Faculdades de Direito.

A República também não trouxe substanciais alterações no contexto da insipiente educação superior do País da época, que permaneceu como sendo destinada às elites dirigentes e às famílias de maiores posses.

Em relação ao acesso dos estudantes às Instituições de Ensino Superior, podemos estabelecer as seguintes fases:

### 2.1. O período até 1911

O ingresso no ensino superior no Brasil, até 1911, era feito através de exames de madureza preparatórios, que se constituíam em exames de saída do curso secundário e não entrada no ensino superior.

O ensino secundário, naquela época, cuja duração oscilou de sete a cinco anos no período, era feito exclusivamente para obter matrícula nos cursos superiores e era tido pelos críticos da época como irracional e grosseiramente organizado. Exceção feita ao Colégio Pedro II, freqüentado por uns poucos privilegiados, o ensino secundário, desde o Império, sempre esteve sob forte suspeição.

Os alunos freqüentavam os cursos preparatórios que os remetiam a provas perante "mesas de exame", organizadas nas escolas superiores e nos liceus equiparados ou no Colégio Pedro II, quando no Rio de Janeiro.

Em 1875, a rede de estabelecimento de ensino superior brasileira não ia além de seis escolas isoladas.

## **2.2. A reforma Rivadávia Correa**

O exame de admissão às escolas brasileiras de ensino superior foi introduzido pelo Decreto Nº 8.6569, de 05.04.1911, no Governo Hermes da Fonseca, sendo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Rivadávia da Cunha Correa e constava, no dizer da época, de "prova escrita em vernáculo, que revela a cultura mental que se quer verificar, e de uma prova oral sobre línguas e ciências".

Embora introduzidas algumas inovações, como ensino livre, a supressão de diplomas e certificados e a desoficialização do ensino, a reforma manteve exames preparatórios, até mesmo em colégios particulares, perante bancas examinadoras, agora indicadas pelo Conselho Superior de Ensino. Na realidade estas avaliações eram um Exame de Estado, aferidor do ensino secundário ministrado na época.

Em 1920, foi criada oficialmente a primeira universidade brasileira, no Rio de Janeiro, época em que predominavam e eram apreciadas as qualidades de homem culto. As profissões liberais nessa época eram restritas às de Advogado, Médico e Engenheiro.

## **2.3. A reforma Francisco Campos**

O fim dos exames preparatórios e dos exames parcelados ocorreu durante o Governo Provisório de Getúlio Dorneles Vargas, sendo Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, pelo Decreto Nº 19.890, de 18.04.31, que modificou o ensino secundário, relevando o seu caráter educativo, em detrimento do enfoque de mero instrumento de acesso ao ensino superior.

Por este documento legal o ensino secundário passou a ser ministrado em etapas: uma, comum e fundamental, com 5 anos, e outra complementar, de 2 anos, destinada a uma adaptação dos estudantes às futuras especializações, subdividindo-se em pré-jurídico, pré-médico, pré-politécnico.

Assim, houve uma inversão de perspectiva, uma vez que o antigo exame de saída passou a configurar-se como um exame de ingresso, onde verificava-se a capacidade do candidato de seguir determinado curso superior.

Com isto, os concursos vestibulares passaram a ser moldados dentro de uma correspondência faculdade-curso e objetivavam, unidirecionalmente, a selecionar candidatos para cada curso específico.

A partir da reforma Francisco Campos somente poderia submeter-se aos exames vestibulares o candidato que houvesse cursado regularmente os sete anos de estudos seriados e prestado exames em cada uma das séries, perante bancas examinadoras, supervisionadas pelo Fiscal da União.

Nesta fase, havia tantos vestibulares na Universidade quantos fossem os cursos nela existentes.

Em 1930 possuía o Brasil apenas 2 Universidades, passando este número para 5 em 1940, para 12 em 1950 e para 19 em 1955.

A evolução do alunado nas universidades brasileiras no período 1940/1961 apresentou a seguinte variação:

TABELA 1

Ano	Vagas	Matrículas	Conclusões
1940	9.200	27.671	6.504
1950	14.600	48.999	8.303
1960	39.780	93.202	16.893
1961	43.240	98.892	18.226

#### 2.4. A lei de Diretrizes e Bases

A lei Nº 4.024/61, que redefiniu o primeiro e o segundo ciclos do ensino secundário e os cursos técnicos, praticamente não deu nenhuma atenção ao exame vestibular para ingresso na Universidade.

A lei de Diretrizes e Bases, como passou a ser conhecida a Lei Nº 4.024/61, deu a plena equivalência a todos os cursos de grau médio para efeito de ingresso nos cursos superiores. Isto fez com que houvesse um crescimento na demanda de vagas à Universidade, na medida em que tornou possível ao concludente de curso técnico candidatar-se aos concursos vestibulares de qualquer curso superior.

Assim, o acesso à Universidade passou a constituir-se em verdadeiro concurso de habilitação, caracterizado realmente como um exame de entrada e, de uma maneira geral, dirigido especificamente para o curso a que se destinava.

Por outro lado, na década de 60, ocorreu um aumento na demanda ao ensino superior, provocado pelo rápido processo de crescimento industrial e pela maior urbanização ocorrida no país, como também pelo aumento das vagas nos ginásios e colégios públicos, e pelas próprias transformações sociais e econômicas verificadas neste período.

Nessa época, a habilitação a um curso superior assentava-se em um desempenho mínimo nos exames vestibulares, que, se não atingido, criava muitas vagas nos cursos de menor prestígio ou, se atingido por um número muito grande de candidatos, nos cursos de grande prestígio, criava a figura do "excedente".

A questão dos "excedentes" gerou uma grande insatisfação na classe média, ocupando um lugar de destaque no centro das discussões da época e provocando grandes mobilizações por mais vagas e mais verbas para as universidades.

No período 1964-1968, o número de candidatos ao ingresso na Universidade cresceu cerca de 120%, contra uma elevação de vagas de 50%. Em 1968, o número de excedentes nos diversos vestibulares do país era na ordem de 125.000, mostrando crua-mente a grande defasagem entre a demanda e a oferta de vagas.

Para contornar estes problemas advindos da figura do excedente, a grande maioria das Universidades passou a exigir cada vez mais conhecimentos específicos em seus exames, chegando, em alguns casos, à grave distorção de incluir em suas provas conteúdos de cursos de ensino superior.

A escola secundária, não tendo condições de ministrar conhecimentos acima do seu nível, possibilitou a criação de entidades à margem do sistema legal de ensino, conhecidas como "cursinhos", que também preparavam candidatos para a acirrada disputa pela vagas existentes na Universidade.

Nessa fase, o grande número de candidatos a selecionar indicou o emprego de formas mais rápidas de avaliação, como os testes de múltipla escolha e a utilização de equipamentos eletrônicos de rápido e seguro processamento dos dados referentes ao concurso.

## 2.5. A reforma universitária

A Lei Nº 5.540/68, que estabeleceu a chamada reforma universitária, representou, na verdade, um elenco de medidas determinadas pelo Governo, com o objetivo de eliminar as tensões sociais e os distúrbios provocados pela defasagem demanda/oferta de vagas no ensino superior.

A reforma universitária, dentre as muitas modificações que introduziu no ensino superior do país, como o sistema de créditos, a departamentalização dos docentes e disciplinas, o ciclo geral, estabeleceu a retomada do caráter de exame de saída para o concurso vestibular, tornando-o, além do mais, exclusivamente classificatório, em vez de habilitatório como até então.

Além da reforma outras medidas foram adotadas pelo Governo Federal, com o objetivo de aumentar as vagas para o acesso à Universidade. Escudado pelo Ato Institucional nº 5, estabeleceu pelo Decreto Nº 405/68, a irredutibilidade de vagas pelas Instituições de Ensino Superior em qualquer ano letivo, como também obrigou a realização de novo concurso vestibular até o preenchimento total das vagas anunciadas.

Paralelamente a estas medidas internas de expansão do ensino superior, o Governo propôs também um auxílio financeiro suplementar para as Instituições que aumentassem a sua oferta de vagas e também orientou o Conselho Federal de Educação, no sentido de um afrouxamento nos critérios de autorização e reconhecimento de novos cursos, especialmente em relação às escolas particulares.

Com a expansão das vagas no ensino superior na década de 70, que foi divulgada no discurso oficial como sendo um processo democratizante fruto do milagre brasileiro, inverteu-se a dependência administrativa das Instituições de Ensino, passando à iniciativa privada boa parte do processo educacional superior, salientando-se que este crescimento foi promovido fundamentalmente em estabelecimento isolados.

A expansão das vagas no 3º grau, para atender às pressões sociais e políticas da classe média, que via na educação a única forma de ascensão social, também teve um objetivo econômico, o de modernizar o ensino superior do país para adequá-lo às necessidades de seu crescimento acelerado, gerando graduados para cargos na burocracia pública e privada.

É neste contexto expansionista que surgem os concursos vestibulares unificados, como uma solução econômica para avaliar grandes massas de candidatos a uma vaga no ensino superior.

O vestibular unificado permitia que o aluno disputasse uma vaga em várias instituições ao mesmo tempo, possibilitando o cumprimento da filosofia do pleno preenchimento das vagas, evitando-se, em consequência, multiplicidade de matrícula.

## **2.6. A volta das habilidades específicas**

O otimismo expansionista da reforma universitária começou a apresentar seus primeiros sintomas de crise quando o milagre do desenvolvimento dava sinais de falência, com reflexos no mercado de trabalho. Inicia-se nos primeiros anos da década de 80 a redução das vagas do ensino superior, com a consequente retração do poder público de sua responsabilidade econômica pelo ensino de 3º grau.

Datam desta época a tentativa de privatização do ensino superior, a diminuição de recursos para a educação e a busca de um novo regime para as universidades públicas, o que tornava necessário procurar uma redefinição do papel do Estado na política educacional do País.

O Decreto Nº 79.298, de 24.03.77, deu maior liberdade às Instituições de Ensino Superior para organizar seu sistema de concursos vestibulares, uma vez que estabelecia que elas poderiam utilizar critérios, métodos e procedimentos próprios nestes exames de seleção.

A partir daí foram introduzidas modificações no vestibular que levaram ao aparecimento de novos modelos de exame, de uma maneira geral, contrários à unificação do concurso, procurando atender mais os interesses da própria Instituição.

Atualmente vem tendo grande aceitação o modelo de vestibular em duas fases, que eliminando grande parte dos candidatos na 1ª etapa, procura dar uma solução operacional para o elevado número de candidatos inscritos e, também, introduz, de volta, os exames discursivos na 2ª etapa, buscando uma certa especificidade de áreas de conhecimento.

Controvérsias à parte, em relação à validade do novo processo de avaliação, que por certo selecionará provavelmente os mesmos candidatos se tivesse sido utilizado o modelo anterior, pode-se esperar uma substancial alteração na condução do ensino do 2º grau, já que é imediato o reflexo naquele nível de ensino.

Por outro lado, a introdução de provas específicas para diversas opções de carreiras, por certo trará, como corolário inevitável uma perda de globalidade do ensino de 2º grau, um consequente retorno a um passado de 40 anos.

O momento deve ser o de repensar o acesso à Universidade brasileira, especialmente tendo em vista a inclusão de variáveis que escapam ao sistema educacional e que têm localização em alguns condicionantes sociais e econômicos que influem nesta seleção.

## **3. O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

A entrada de alunos na Universidade brasileira de hoje é extremamente seletiva, com condicionantes de toda ordem, mas sempre tendo, como vetor ponderável, o fator econômico.

As universidades públicas e gratuitas selecionam sempre os candidatos oriundos das camadas economicamente favorecidas, que freqüentaram escolas particulares de elevado custo, restando aos demais as instituições de ensino superior privadas, onde o ensino é pago e a grande maioria das vezes de qualidade inferior.

O problema do acesso ao 3º grau transcende os limites da universidade e é resultante, em grande parte, de condições que impossibilitam o seu equacionamento político e social.

Na realidade a democratização do acesso ao ensino superior tem origem na possibilidade de superação das condições de ingresso no primeiro e segundo graus, para os quais, basicamente, se pretende uma efetiva melhoria através do estabelecimento de um amparo ao estudante carente e de uma melhor qualificação do seu corpo docente.

Entendemos ser um grave erro procurar uma expansão da entrada do ensino de 3º grau pelo crescimento indiscriminado de vagas ou pelo rebaixamento dos níveis de conhecimentos exigidos.

### 3.1. O problema educacional brasileiro

É muito complexo o problema educacional do país, onde, além dos seus múltiplos aspectos, não há a menor articulação entre suas partes.

O conhecimento e a discussão da etapa dos diversos segmentos da educação, cada um deles com suas peculiaridades próprias, passa sem dúvida por algumas considerações sobre a história recente do país.

A política educacional dos governos militares produziu uma redução dos recursos disponíveis, uma crescente privatização do ensino, uma degradação no salário dos professores e uma deterioração nas condições de trabalho nas escolas.

A crise do ensino brasileiro, ampliada a partir do regime autoritário, apresenta no momento um quadro crítico que está a exigir da nação soluções urgentes, especialmente agora quando a sociedade, ao escolher seus dirigentes, pode discutir e discernir melhor os seus problemas.

A educação no país não pode ser equacionada isoladamente em cada um dos seus aspectos, uma vez que eles são interdependentes, mas através da definição de políticas claras para todo o complexo educacional, junto de uma ampla discussão da sociedade e de seus diversos setores.

Torna-se necessário aplicar no país uma política de universalização do ensino fundamental, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e de oferecer a todos uma escolaridade mínima. Para tanto é indispensável superar os déficits quantitativos ainda existentes como também promover uma melhoria qualitativa no próprio ensino, de modo a minimizar a repetência e a evasão durante os oito anos do 1º grau.

Ao mesmo tempo é preciso ampliar o prosseguimento dos estudos de 2º grau e rever a sua participação na estrutura de ensino. Este nível de educação vem apresentando um crescimento em taxas menores do que o número de egressos da escola fundamental, o que indica a necessidade de uma ampliação nas oportunidades de acesso atualmente oferecidas.

Também uma redefinição da identidade do 2º grau de ensino torna-se imperiosa, uma vez que o mesmo perdeu sua característica de formação geral e não vem correspondendo às reais necessidades do mercado de trabalho.

Porém, a simples garantia de recursos para a expansão e melhoria do ensino de 1º e 2º graus não promoverá a solução dos percalços atuais, se medidas complementares de apoio não forem adotadas, especialmente em relação às camadas de baixa renda, onde estão localizados os maiores índices de evasão e repetência e em relação à valorização profissional do docente, responsável maior pela boa qualidade do ensino.

No ensino superior a crise também tem uma magnitude e uma gravidade que estão a exigir do Governo Federal soluções imediatas, pois estas dificuldades terão repercussão na preparação das elites brasileiras que enfrentarão os desafios das próximas décadas.

Dentro da problemática do ensino superior destaca-se a discriminação social no acesso às universidades, onde condicionantes vêm atuando cada vez mais de modo a selecionar candidatos, cuja origem situa-se nas faixas de mais alta renda para as universidades públicas e gratuitas, em detrimento dos candidatos que vêm de famílias de renda modesta, que somente encontram vagas em instituições particulares e pagas.

### 3.2. O ensino superior no Brasil

O ensino de 3º grau no país vem sendo ministrado em Universidades, em Federações de Escolas e Faculdades Integradas e em Estabelecimentos Isolados, que podem ter uma dependência administrativa pública ou privada, sendo as primeiras de natureza federal, estadual e municipal.

Segundo a publicação do MEC "*Sinopse de Ensino Superior-Graduação*", estava o país, em 1987, com 853 Instituições de Ensino Superior, das quais 54 eram federais, 83 estaduais, 103 municipais e 613 particulares.

Em 1875 contava o Brasil com seis Escolas Isoladas de Ensino Superior e somente em 1920 foi criada sua primeira Universidade. Em 1930 o país tinha duas Universidades, em 1940 cinco, em 1950 doze e em 1955 dezenove.

No quadro nº 1 observa-se a evolução do número de IES no país, a partir de 1970.

QUADRO Nº 1

#### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO PAÍS, SEGUNDO A NATUREZA.

ANO	Universidades		Federações de Escola e Estabelecimentos Isolados		TOTAL
	Número	%	Número	%	
1970	50	9,69	466	90,31	516
1975	59	6,73	818	93,27	877
1980	65	7,43	810	82,57	875
1985	68	7,92	791	92,08	859
1986	78	9,05	784	90,95	862
1987	82	9,61	771	90,39	853

Fonte: SEEC-MEC

Observa-se um crescimento de 70% no número de instituições no período 1970-1975 e a partir daí uma diminuição pequena, porém constante. Tal fato pode ser explicado pela transformação de Federações em Universidades ou de grupos de Escolas Isoladas em Universidades, o que é confirmado pelo aumento destas últimas, durante todo o período 70/87.

Destaque-se, também, que somente cerca de 10% das instituições de ensino do país são Universidades, enquanto os 90% restantes são Estabelecimentos Isolados ou Federações de Escolas.

Em relação à dependência administrativa das Instituições de Ensino Superior, temos o quadro nº 2 abaixo:

#### QUADRO Nº 2

##### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO PAÍS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.

ANO	Públicas		Particulares		TOTAL
	Número	%	Número	%	
1970	159	30,81	357	69,19	516
1975	239	27,25	638	72,75	877
1980	228	26,06	647	73,94	875
1985	233	27,12	626	72,88	859
1986	241	27,96	621	72,04	962
1987	240	28,14	613	71,86	853

Fonte: SEEC-MEC

Verifica-se que das 853 Instituições de Ensino Superior funcionando no país em 1987, 240 têm uma dependência administrativa do Poder Público, enquanto 613 são entidades privadas.

A forte predominância das instituições particulares, com quase 72% do total, mostra claramente a transferência de responsabilidades do poder público em relação ao ensino superior, como também um efetivo ônus para aqueles que aspiram a uma formação universitária, que por certo terão cada vez maiores dificuldades de acesso a um ensino gratuito e de boa qualidade.

Tal fato, no entanto, não tem sido o maior entrave no ensino superior brasileiro, uma vez que existem instituições públicas de alto nível, como também entidades privadas que ministram cursos da melhor qualidade.

A grande questão da universidade brasileira sem dúvida passa por seu desajustamento da realidade do país, o que se manifesta pela formação de profissionais inadequados às solicitações do mercado de trabalho, por uma pesquisa desvinculada dos interesses nacionais imediatos e pelo alheamento das comunidades às quais deveria servir.

Esta dicotomia entre o "ser" e o "dever ser" do ensino superior brasileiro tem origem na Reforma Universitária, de 1968, que estabelecia que os cursos de 3º grau do País seriam sempre feitos em Universidades, de estrutura assemelhadas, exercitando de forma conjunta o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na realidade constata-se que a maior parte do ensino superior do país é lecionado em estabelecimentos isolados e em escolas particulares. Vimos nos quadros nº 1 e nº 2 que as universidades constituem-se em cerca de 10% das instituições de ensino superior e que 72% delas têm uma dependência administrativa de empresas privadas.

Modernamente o próprio Ministério de Educação reconhece a impropriedade de um tratamento uniforme para as diversas instituições de ensino do país e para as várias regiões em que elas estão sediadas.

Deseja-se na atualidade para as Instituições de Ensino Superior muito mais uma forma de compromisso com a qualidade do ensino por ela ministrado, seguindo cada uma delas seus próprios objetivos e vocações, adotados de acordo com os interesses da região em que estão localizadas e segundo formas que lhes pareçam mais adequadas.

Entende Paulo Renato Souza, da Universidade Estadual de Campinas, que a "Universidade, como uma instituição *sui-generis* dentro do sistema de ensino superior, deveria contemplar pelo menos três qualidades essenciais:

- a) pluralidade das áreas de conhecimento, que se distingue do conceito da universidade de áreas;
- b) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a nível interno da instituição;
- c) existência de uma carreira docente vinculada à sua capacitação, mérito e avaliação de desempenho".

A Universidade para exercitar essas qualidades essenciais deve dispor também de um preceito fundamental que é a sua autonomia, que não deve ser entendida como uma independência absoluta da sociedade pela qual foi criada e à qual deve servir, mas como liberdade de planejar e gerir suas atividades, assumindo a responsabilidade pelos resultados alcançados.

Neste processo de integração da universidade com a sociedade é essencial também a existência de um processo avaliatório, onde possam ser controladas as atividades de ensino superior e os recursos canalizados para essas instituições.

Evidentemente este processo de avaliação deve ser feito por mecanismos apropriados que não afetem a desejada autonomia universitária.

### 3.3. A evolução dos cursos e vagas

O número de cursos ministrados nas diversas Instituições de Ensino Superior e o número de vagas nelas oferecidas vêm tendo um acentuado crescimento ao longo dos anos. Dos poucos cursos oferecidos na época do Império, passamos no ano de 1987 para 4.188 cursos com 447.345 vagas, o que representa uma média 106,82 vagas por curso. Destes 4.188 cursos, 1.921 estão em instituições públicas e 2.267 em entidades privadas, sendo ainda 2.031 deles ministrados em Universidades, 492 em Federações de Escolas e Faculdades Integradas e 1.665 em Estabelecimentos Isolados.

No quadro nº 3 temos a evolução dos cursos e vagas oferecidas nas Instituições de Ensino Superior do país, no período de 1970/1987.

QUADRO Nº 3

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS E VAGAS OFERECIDAS NA GRADUAÇÃO DAS IES DO PAÍS.

ANO	Cursos oferecidos		Vagas oferecidas		Vagas/curso
	Número	Índice	Número	Índice	
1970	2166	100,0	145.000	100,0	66,94
1975	3602	166,3	348.227	240,2	96,68
1980	4079	188,3	409.000	282,1	100,27
1985	3923	181,1	430.482	296,9	109,73
1986	4045	186,7	442.309	305,0	109,35
1987	4188	193,4	447.345	308,5	106,82

Fonte: SEEC-MEC

Enquanto os cursos oferecidos cresceram nesse período de 93,40%, as vagas oferecidas para ingresso tiveram um acréscimo de 208,50%, o que produziu uma melhoria na produtividade dos mesmos de 66,94 vagas/curso para 106,82 vagas/curso.

Tratando-se, agora, do total de vagas dos diversos cursos das IES brasileiras e não somente das vagas oferecidas para ingresso de alunos pelo vestibular, teremos o total de estudantes de cursos de graduação. O quadro nº 4, a seguir, mostra a evolução desse total.

QUADRO Nº 4

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS IES DO PAÍS, POR NATUREZA.

ANO	Universidades		Federação de Escolas e Estabelecimentos Isolados		TOTAL
	Número	%	Número	%	
1970	244.213	53,54	211.921	46,46	456.134
1975	426.000	44,05	541.000	55,95	967.000
1980	642.000	47,73	703.000	52,27	1.345.000
1985	671.977	49,14	695.632	50,86	1.367.609
1986	722.863	50,97	695.333	49,03	1.418.196
1987	761.236	51,77	709.319	48,23	1.470.555

Fonte: SEEC-MEC

Isto é, possuía o país em 1987 um total de 1.470.555 alunos matriculados em Instituições de Ensino Superior, em cursos de graduação, sendo 51,77% em Universidades e 48,23% em Federações de Escolas e Estabelecimentos Isolados. Embora o sistema de ensino superior brasileiro seja sempre focado sobre o prisma das Universidades, vemos, na realidade, que metade dele é desenvolvido em estabelecimentos isolados, de natureza pública ou privada.

Em relação à distribuição dos alunos matriculados nas IES do país entre entidades públicas ou particulares, observamos, vide quadro nº 5, uma predominância das instituições privadas.

QUADRO Nº 5

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS IES DO PAÍS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ANO	IES Públicas		IES particulares		TOTAL
	Número	%	Número	%	
1970	215.077	47,15	241.057	52,85	456.134
1975	376.000	38,88	591.000	61,12	967.000
1980	493.000	36,65	852.000	63,35	1.345.000
1985	556.680	40,70	810.929	59,30	1.367.609
1986	577.632	40,73	840.564	59,27	1.418.196
1987	584.969	39,78	885.586	60,22	1.470.555

Fonte: SEEC-MEC

Cerca de 60% do alumnado de graduação do país estudam em entidades particulares, contra 40% em instituições públicas. No período 70/84 continuou a tendência de privatização do ensino acelerada pela reforma universitária.

Comparando com os dados de 1940, observamos que, nos últimos 50 anos, o número de vagas para acesso ao ensino superior no Brasil passou de 9.200 para 447.345 (crescimento 4.800%), enquanto o número de alunos matriculados de 27.671 para 1.470.555 (acrescimento 5.300%).

De acordo com a publicação *Sinopse do Ensino Superior-Graduação*, do MEC/1987, a distribuição dos 1.470.555 alunos matriculados no ensino superior obedecia às seguintes áreas do conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas	38,01%
Ciências Humanas	19,05%
Ciências da Saúde	11,59%
Engenharia/Tecnologia	9,84%
Ciências Exatas	8,92%
Letras e Artes	8,50%
Ciências Agrárias	2,74%
Ciências Biológicas	1,35%

### 3.4. A relação oferta x procura

O número de alunos que cursa o ensino superior em relação à população do país vem crescendo muito lentamente no Brasil e seu valor se situa muito abaixo dos níveis de outros países desenvolvidos. Segundo dados do *Statistical Year Book*, em 1985, eram as seguintes as proporções de alunos na Universidade por 1.000 habitantes:

Brasil	11	alunos por mil habitantes
Argentina	20	"
Venezuela	21	"
Europa	22	"
Canadá	39	"
Estados Unidos	55	"

Estes dados mostram a grande distância que deverá ser percorrida para que o Brasil atinja níveis desejáveis de pessoas cursando a Universidade e indica que são necessários imensos recursos para que o país aproxime-se dos índices dos países desenvolvidos.

Na realidade, no entanto, o quadro não é nada animador quando verificamos a evolução do número de conclusões do 2º grau e o número de inscrições no concurso vestibular das diversas instituições de ensino superior do país. (Vide quadro nº 6).

#### QUADRO Nº 6

##### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUSÕES DO 2º GRAU E DAS INSCRIÇÕES NO VESTIBULAR DAS IES DO PAÍS.

ANO	Conclusões do 2º grau		Insc. no Vestibular		Insc. Concl.
	Número	%	Número	%	
1970	225.913	100,0	328.931	100,0	1,46
1975	368.479	163,1	781.190	237,5	2,12
1980	597.000	264,3	1.750.000	532,0	2,93
1985	557.727	246,88	1.514.341	460,4	2,72
1986	512.383	226,81	1.737.794	528,3	3,39
1987	—	—	2.193.861	666,9	—

Fonte: SIEEC-MEC

A acentuada diferença entre o número de conclusões do 2º grau e o número de inscrições no concurso vestibular é proveniente do elevado número de candidatos que, impedidos de chegar à Universidade a cada ano, retornam no concurso seguinte, numa nova tentativa de ingresso, além de outros candidatos que, havendo concluído o 2º grau há mais tempo, ingressaram no mercado de trabalho por necessidade de sobrevivência e agora buscam uma formação de nível superior.

Os dados do quadro nº 7 mostram, de maneira assustadora, a evolução crescente do número de alunos sem acesso ao ensino superior, por limitação das vagas oferecidas pelas instituições.

Em 1970, para cada 100 vagas oferecidas no ensino superior do país, existiam 227 candidatos inscritos e, em 1987, para o mesmo número de vagas concorreram 490 candidatos. Mesmo considerando que o número de candidatos inscritos no vestibular inclui uma dupla contagem, já que um mesmo indivíduo pode fazer mais de um vestibular, temos de convir que é alarmante e preocupante a impossibilidade de 1.746.516 jovens terem acesso à universidade, somente no ano de 1987.

QUADRO Nº 7

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSCRIÇÕES NO VESTIBULAR E DAS VAGAS OFERECIDAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS IES DO PAÍS.

ANO	Inscrições no Vestibular	Vagas oferecidas	Impedidos de acesso	Relação candidato/vaga
1970	328.931	145.000	183.931	2,27
1975	781.190	348.227	432.963	2,24
1980	1.750.000	409.000	1.341.000	4,28
1985	1.514.341	430.482	1.083.859	3,52
1986	1.737.794	442.309	1.295.485	3,93
1987	2.193.861	447.345	1.746.516	4,90

Fonte: SEEC-MEC

3.5. As causas da demanda crescente

A demanda crescente pela educação universitária está intimamente ligada, entre outros, aos seguintes fatores:

- urbanização da população do país;
- elevação do padrão de vida de parte da população;
- desejo de ascensão social;
- necessidade de pessoal especializado no mercado de trabalho e
- tendência à democratização das condições de vida no país que, por certo, guardam uma estreita relação com o grau de desenvolvimento industrial atingido, influenciando sua população a buscar níveis mais elevados de satisfação cultural.

A grande urbanização havida na população do país nos últimos 45 anos permitiu um crescimento extraordinário da escola de 1º e 2º graus que, juntamente com os exames supletivos, colocaram grandes contingentes às portas da Universidade em busca do ensino superior.

No quadro nº 8 vemos que, de 1940 a 1985, houve uma inversão entre a população urbana e rural do país.

QUADRO Nº 8

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DO PAÍS.

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	(1000)	%	(1000)	%	(1000)	%
1940	12.880	31,2	28.356	68,8	41.236	100,0
1950	18.782	36,2	33.162	63,8	51.944	100,0
1960	31.303	44,7	38.767	55,3	70.070	100,0
1970	52.084	55,9	41.054	44,1	93.138	100,0
1980	89.436	67,6	38.566	32,4	119.002	100,0
1985	95.473	72,7	35.938	27,3	131.411	100,0

Fonte: FIBGE

De 31,2% de população urbana em 1940, passamos para 72,7%, em 1985, enquanto de 68,8% de população rural em 1940 regredimos para 27,3%, em 1985. Esta concentração de população nas cidades, além do crescimento da própria população urbana, acentuou a procura por vagas no ensino superior, especialmente considerando que o segmento jovem deste total é bastante expressivo.

Em consequência do acentuado desenvolvimento industrial, parte da população do país atingiu real crescimento de renda e uma consequente elevação do padrão de vida. Com isto, camadas sociais que, anteriormente, se contentavam com menores níveis de educação, passam a aspirar à instrução superior. À medida em que o país atinge maiores níveis de desenvolvimento, o anseio por educação se eleva e os valores dominantes da sociedade influenciam fortemente os jovens e adultos a buscarem o ingresso na universidade.

Por outro lado, verifica-se que nem sempre o valor do conhecimento é o fato mais determinante na busca do ensino superior. O acesso à Universidade tem sido para muitas famílias de classe média urbana uma maneira para a ascensão social, especialmente através dos cursos ditos de prestígio. A mobilidade social conseguida por aqueles que galgam os degraus universitários representa a possibilidade de níveis mais elevados de renda, como também a aquisição de uma maior respeitabilidade e credibilidade no âmbito da sociedade.

A necessidade de pessoal especializado no mercado de trabalho também tem sido fator a exercer pressão para o acesso ao ensino superior, uma vez que, com o desenvolvimento econômico, todas as atividades profissionais tornaram-se extremamente especializadas. Este nível de conhecimentos técnicos e científicos somente é adquirido nos estabelecimentos de ensino superior. E aqueles poucos que recebem estas formas de treinamento vencem salários substancialmente mais elevados.

Esta associação entre o nível de educação e os salários obtidos é mostrada no gráfico a seguir, onde as profissões de nível superior percebem as maiores remunerações, especialmente na faixa de idade de 45-54 anos, quando se admite ter o profissional a sua maior produtividade associada a uma larga experiência.

À medida em que o nível de instrução cai, os salários sofrem também redução substancial. Embora o gráfico apresentado seja de 1969, a estrutura básica dos perfis de renda permanece válida, especialmente agora, quando as profissões de alta especialização galgam o topo das pirâmides salariais.

#### 4. CONDICIONANTES SÓCIO-ECONÔMICOS

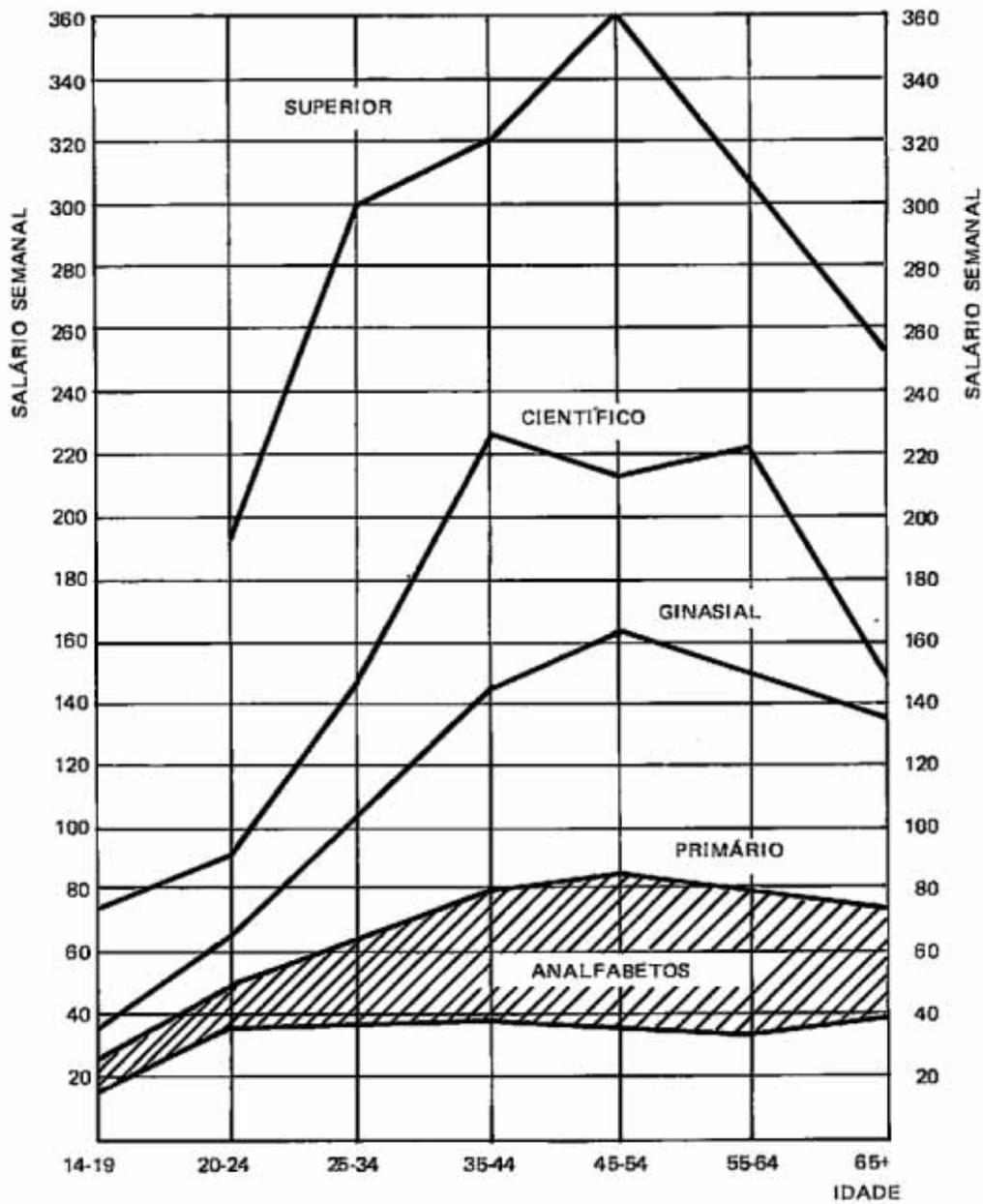
Em todos os concursos vestibulares realizados em 1987 foram oferecidas, pelas Instituições de Ensino do País, 447.345 vagas, para as quais inscreveram-se 2.193.861 candidatos, representando uma relação de 4,90 candidatos por vaga. Esta traumatizante disputa por uma vaga no ensino superior brasileiro, que se repete semestralmente, é influenciada por condicionantes sociais e econômicos que tendem claramente para aqueles que pertencem às classes alta e média, em detrimento das classes mais baixas.

Moura Castro e Costa Ribeiro em seu trabalho *Desigualdade social e acesso à Universidade - Dilemas e tendências* (1979), expressam com muita propriedade este problema, quando afirmam:

*"Em qualquer país, em qualquer regime político e em qualquer nível educacional, as probabilidades de êxito na escola estão condicionadas à origem social dos alunos. Um bom número de estudos revela que os indicadores de origem sócio-econômicos são as variáveis*

GRÁFICO Nº 1

HOMENS: SALÁRIO SEMANAL POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO E IDADE  
(em Cr\$ de 1969)



Fonte: LANGONI, C.G. (1975) - *A economia da transformação*. p.141.

*de maior valor preditivo do desempenho escolar. O vestibular não é exceção: Não só a presença dos vestibulandos é proporcionalmente menor quanto mais baixo o nível social, como também são menores as suas chances de aprovação nos exames."*

Na realidade, observamos que estes condicionantes existem em um bom número e exercem uma perversa influência na seleção daqueles que terão acesso ao 3º grau de ensino.

Constatamos que alunos provenientes de escolas particulares passam mais no vestibular do que os candidatos oriundos das escolas públicas. Aqueles que estudam durante o dia levam nítida vantagem sobre os que freqüentam a escola no período noturno. Os filhos de pais de nível superior têm mais chance de acesso do que os filhos de pais de educação primária. Os ocupantes de altos cargos administrativos colocam mais seus filhos na Universidade do que aqueles que exercem funções semi-especializadas. Enfim, os ricos têm mais vez de usufruir do ensino público e gratuito do que os pobres.

Este quadro é encontrado em todo o território do país, apresentando situações em regiões menos desenvolvidas e aspectos menos drásticos nos centros industriais. Para um acompanhamento destes condicionantes sócio-econômicos procedemos a uma análise dos relatórios dos concursos vestibulares de oito Universidades brasileiras, escolhidas de modo a seguir uma distribuição em várias regiões do país, abrangendo instituições federais, estaduais e particulares.

Evidentemente, a situação ideal seria a análise dos dados sócio-econômicos dos vestibulares de todas as instituições de ensino superior do país, mas em virtude da magnitude dos dados a processar e das dificuldades de tê-los disponíveis, optamos por uma amostragem que procura cobrir as regiões e os tipos de estabelecimentos existentes.

O Ministério da Educação vem recomendando aos Estabelecimentos de Ensino Superior do país, através das Portarias Ministeriais anuais sobre o concurso vestibular, o recolhimento e a análise de informações sócio-culturais e de identificação dos candidatos, por ocasião de sua inscrição no concurso, com a finalidade de levantar dados a respeito de clientela destas instituições.

Os dados colhidos por estes questionários indicam, em números absolutos e em percentuais, as respostas de todos os candidatos inscritos e dos aprovados e representam uma massa de elementos que pode ser explorada com mais profundidade, para diagnosticar as causas das graves distorções que vêm ocorrendo na entrada do 3º grau de ensino.

Para a análise dos dados colhidos como amostragem, escolhemos oito Universidades espalhadas do Rio Grande do Sul ao Ceará e com características diversas, conforme mostrado a seguir:

- a) Fundação Universidade do Rio Grande - vestibular 1982  
IES federal/localizada no interior do Estado/Região sul;
- b) Universidade Federal de Santa Catarina - vestibular 1988  
IES federal/localizada na capital do Estado/Região sul;
- c) Universidade Estadual Paulista - vestibular 1987  
IES estadual/localizada na capital e interior do Estado/Região sul;
- d) Universidade Federal do Rio de Janeiro - vestibular 1988  
IES federal/localizada na capital do Estado/Região sudeste;
- e) Universidade Federal de Pernambuco - vestibular 1989  
IES federal/localizada na capital e interior do Estado/Região nordeste;

- f) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - vestibular 1982  
IES federal/localizada na capital do Estado/Região nordeste;
- g) Universidade Estadual do Ceará - vestibular 1988  
IES estadual/localizada na capital e interior do Estado/Região nordeste;
- h) Universidade de Fortaleza - vestibular 1989  
IES particular/localizada na capital do Estado/Região nordeste.

Em cada um dos relatórios com os dados sócio-econômicos dos inscritos e dos aprovados nos respectivos concursos vestibulares, colhemos as informações necessárias para verificar as influências, no desempenho de cada candidato, dos aspectos ligados a sua origem social e ao seu padrão de vida. Constatamos que alguns dos fatores acima referidos podem ter uma grande influência na performance de um candidato que busca o acesso à Universidade, como:

- o tipo de escola em que cursou o 1º e 2º graus;
- o período em que frequentou o 2º grau;
- o grau de escolaridade dos pais;
- a ocupação principal do pai ou responsável e
- a renda mensal da família.

Estas influências são verificadas e comentadas nos itens subseqüentes, onde os dados numéricos apresentados falam mais alto do que os argumentos que possam ser levantados.

#### 4.1. Escola pública x escola particular

De cada um dos relatórios das oito Universidades anteriormente referidas, foram retirados os dados a seguir expostos:

- a) *Fundação Universidade do Rio Grande - RGS*  
Escola em que cursou o 2º grau

Alternativas	Inscritos	%	Aprovados	%	Percentual relativo
Escola pública	1488	55,45	462	56,47	31,90
Escola particular	855	33,03	282	34,47	32,98
Escola pública e particular	285	11,01	74	9,04	25,96

Fonte: Análise das informações sócio-educacionais - Vestibular 82 - Universidade do Rio Grande.

*"A maioria dos candidatos é egressa de escola pública, mas é entre os que cursaram escolas particulares que o percentual relativo é melhor. Nos dois cursos (Medicina e Oceanologia) onde a disputa de vagas foi maior, a escola particular classificou maior número de candidatos."*

b) *Universidade Federal de Santa Catarina - SC*  
 Como fez seus estudos de 1º e 2º grau?

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Primeiro grau: Pública particular	9.460	60,9	1.384	51,9	14,63
	5.728	36,6	1.251	46,8	21,84
Segundo grau: Pública Particular	6.829	43,5	1.132	42,5	16,58
	8.008	51,1	1.455	54,6	18,17

Fonte: Relatório Vestibular - 1988 / Universidade Federal de Santa Catarina

c) *Universidade Estadual Paulista - SP*  
 Como cursou o 1º e o 2º grau?

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Primeiro grau: Pública Particular	22.993	72,49	2.856	78,29	12,42
	8.118	25,59	738	20,23	9,10
Segundo grau: Pública Particular	16.036	50,56	21,24	58,22	13,25
	14.911	47,01	14,55	39,88	9,76

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

d) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ*  
 Primeiro e segundo graus foram realizados.

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Primeiro grau: Pública Particular	13.139	47,42	912	32,43	6,94
	14.567	52,58	1.900	67,57	13,04
Segundo grau: Pública Particular	10.451	37,96	885	31,63	8,47
	17.082	62,04	1.913	68,37	11,20

"Nota-se que cerca de  $\frac{2}{3}$  dos alunos classificados responderam que realizaram seus estudos de primeiro e segundo graus em escolas particulares."

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de setembro 88 - UFRJ.

c) *Universidade Federal de Pernambuco - PE*  
Estudou o 1º e o 2º grau em que colégio?

Escola freqüentada	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
1º grau: Público	6.326	30,20	708	19,10	11,19
Particular	14.620	69,80	2.997	80,90	20,50
2º grau: Público	5.802	27,70	711	19,20	12,25
Particular	15.144	72,30	2.994	80,80	19,77

*“É importante ressaltar que, embora as escolas públicas do Estado fornecem mais estudantes de 2º grau do que as escolas privadas, poucos de seus estudantes se inscreveram para o concurso e pouquíssimos conseguiram êxito no vestibular.*

*Pode-se afirmar que a fragilidade da estrutura do ensino do Estado nega aos estudantes mais pobres o necessário apoio para que os mesmos possam competir academicamente com aqueles que pagam pelo ensino privado”.*

Fonte: Vestibular 89 – Relatório Analítico/COVEST – UFPE

f) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RGN*  
Escola em que estudou no 1º e no 2º grau.

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Classificados		Percentual Relativo
	Nº	%	Nº	%	
1º grau: Oficial	10.075	66,64	1.213	56,71	12,04
Particular	3.669	24,27	739	34,55	20,14
Oficial + Particular	1.375	9,09	187	8,74	13,60
2º grau: Oficial	1.310	68,30	1.319	61,70	12,79
Particular	3.955	26,20	718	33,58	18,15
Oficial + Particular	830	5,50	101	4,72	12,17

*“Os melhores percentuais de desempenho vêm sendo mantidos pelos candidatos que cursaram todos os anos em escola particular, tendo, inclusive, aumentado este ano a diferença em relação às outras alternativas.*

*Analisando a tabela de percentuais de desempenho, verifica-se que quanto mais tempo o aluno estudou em escola oficial, menor o seu aproveitamento no vestibular.”*

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico-culturais dos candidatos ao concurso vestibular da URFN 1982.

**g) Universidade Estadual do Ceará - CE**  
Escola cursada no 1º e no 2º grau.

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Primeiro grau: Pública	3.505	40,0	806	29,50	23,00
Particular	5.181	59,0	1.915	70,10	36,96
Segundo grau: Pública	2.870	32,70	656	24,00	22,86
Particular	5.724	65,10	2.056	75,20	35,92

*Fonte:* Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV/1988.

**h) Universidade de Fortaleza - CE**  
Como fez seus estudos de 1º e de 2º grau?

Escola freqüentada (toda ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Primeiro grau: Pública	1.094	24	141	14	12,89
Particular	3.458	74	881	85	25,48
Segundo grau: Pública	742	16	97	10	13,07
Particular	3.806	81	917	88	24,09

*"Constata-se uma transferência de alunos da escola pública para a escola privada quando da passagem do primeiro para o segundo grau. A maioria dos alunos inscritos e uma percentagem maior ainda dos aprovados provém da escola particular. Os alunos provenientes da escola particular apresentam um desempenho melhor (25% de aprovados) do que os originários de escola pública (13% de aprovados)."*

*Fonte:* O Concurso Vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO/89.

Sobre o conjunto de dados estatísticos referentes à escola freqüentada pelos inscritos e aprovados no 1º e 2º graus de ensino, podem ser feitas as seguintes observações:

- em todas as universidades constata-se uma transferência de alunos da escola pública para a escola privada quando da passagem do primeiro para o segundo grau;
- na quase totalidade das universidades investigadas, a maioria dos alunos inscritos e uma percentagem maior ainda dos aprovados, provém da escola particular;

- c) os alunos provenientes da escola privada apresentam em todos os exames um desempenho melhor do que os originários da escola oficial;
- d) apenas na UNESP-SP os candidatos da escola pública apresentaram uma melhor performance do que os alunos da escola privada, o que creditamos à boa estrutura do ensino oficial no Estado de São Paulo.

#### 4.2. Turno que cursou o 2º grau

Indiscutivelmente, os alunos que concluíram o 2º grau no turno da noite apresentaram condições mais desfavoráveis de aprendizado, já que durante o dia exercem atividades no mercado como forma de garantir sua sobrevivência.

a) *Fundação Universidade do Rio Grande - RGS*  
Período em que cursou o 2º grau

Turno cursado	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	1.531	59,94	571	70,23	37,22
Noturno	624	24,38	130	15,99	20,83
Ambos	401	15,67	112	13,77	27,93

*"O número de inscritos classificados e o percentual relativo levam a concluir que o aluno de curso diurno apresenta melhor desempenho."*

Fonte: Análise das informações sócio-educacionais - Vestibular 82 - Universidade do Rio Grande.

b) *Universidade Federal de Santa Catarina - SC*  
Em que turno você fez seu curso de 2º grau?

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	9.241	59,0	2.002	75,0	21,66
Noturno	6.000	38,3	613	23,0	10,22

Fonte: Relatório Vestibular - 1988/Universidade Federal de Santa Catarina.

c) *Universidade Estadual Paulista - SP*  
 Turno em que cursou o 2º grau.

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	24.882	78,45	2.784	76,32	11,19
Noturno	6.242	19,70	808	22,15	12,93

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

d) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ*  
 Turno em que cursou o segundo grau.

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	22.849	82,47	2.727	96,97	11,93
Noturno	4.857	17,53	85	3,03	1,75

*"Observa-se um expressivo contingente de alunos não classificados que estudaram no período noturno. Dos estudantes que estudaram no período diurno 11,93% foram classificados, ao passo que apenas 1,75% dos que cursaram o segundo grau no noturno conseguiram ingressar na Universidade."*

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de seleção 88 - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e) *Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*  
 Terminou o 2º grau em que turno?

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	14.788	70,6	3.175	85,7	21,47
Noturno	6.158	29,4	530	14,3	8,61

Fonte: Vestibular 89 - Relatório Analítico/COVEST-UFPE

f) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN*  
Em que turno você cursou o 2º grau?

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	6.452	39,62	1.015	56,60	15,70
Noturno	7.900	48,51	413	24,03	5,40

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico-culturais dos candidatos ao Concurso Vestibular da UFRN - 1982.

g) *Universidade Estadual do Ceará - UECE*  
Turno em que cursou o 2º grau

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	6.924	69,4	2.421	88,6	34,97
Noturno	2.486	29,1	296	10,8	11,91

Fonte: Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV/1988.

h) *Universidade de Fortaleza - CE*  
Turno em que cursou o 2º grau

Turno cursado (todo ou a maior parte)	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Diurno	3.925	84	965	93	24,59
Noturno	703	15	57	6	8,11

*"A grande maioria dos candidatos inscritos e aprovados cursou o 2º grau no período diurno. Os candidatos que freqüentaram o período diurno apresentaram uma melhor performance (25% de aprovados) do que os alunos dos cursos noturnos (8,11% de aprovação)."*

Fonte: O Concurso Vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO/89.

Podem ser feitos os seguintes comentários em relação aos dados referentes ao turno em que o candidato cursou o 2º grau:

- expressiva maioria dos candidatos aprovados, em todas as Universidades, fez seus estudos de 2º grau durante o período diurno;
- os candidatos que estudaram durante o dia apresentaram um melhor desempenho nas provas do concurso vestibular do que os alunos dos cursos noturnos;
- apenas na UNESP-SP verificou-se um melhor desempenho de alunos que assistiram aulas durante a noite;
- convém lembrar que os alunos que cursaram o 2º grau durante o dia têm seus estudos custeados pelos pais, enquanto aqueles que freqüentam os cursos noturnos são responsáveis pelos próprios estudos e colaboram na renda familiar;
- os primeiros são das classes alta e média, enquanto os outros provêm dos estratos mais baixos.

#### 4.3. Nível de Instrução do pai

São analisados separadamente o grau de escolaridade do pai e da mãe, em relação a sua influência no desempenho dos candidatos no concurso vestibular, mas ambos são fatores que influem no resultado.

- Fundação Universidade do Rio Grande - RGS*  
Grau de escolaridade do pai

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou prim. incompleto	698	27,12	198	24,32	28,37
Primário completo ou gin. incomp.	820	31,86	242	29,72	29,51
Ginásial completo ou col. incomp.	354	13,75	134	16,45	37,85
Colegial completo ou sup. incomp.	316	12,27	100	12,28	31,65
Superior completo	385	14,96	140	17,19	36,36

*Fonte:* Análise das informações sócio-educacionais - Vestibular 82 - Universidade do Rio Grande.

- Universidade Federal de Santa Catarina - SC*  
Qual o nível de instrução do seu pai?

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou prim. incompleto	3.028	19,3	376	14,0	12,42
Primário completo ou gin. incomp.	4.597	29,3	621	23,3	13,51
Ginásial completo ou col. incomp.	1.692	10,7	278	10,4	16,43
Colegial completo ou sup. incomp.	2.483	15,8	491	18,4	19,77
Superior completo	3.108	19,8	799	29,9	25,71

*Fonte:* Relatório - 1988/Universidade Federal de Santa Catarina

c) *Universidade Estadual Paulista - SP*  
Nível de instrução do pai

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário completo	4.348	13,71	636	17,43	14,63
Primário completo ou gin. incomp.	8.335	26,28	1.016	27,85	12,19
Ginásial completo ou col. incomp.	3.421	10,79	369	10,12	10,79
Colegial completo ou sup. incomp.	5.774	18,20	596	16,34	10,32
Superior completo	8.953	28,23	961	26,34	10,73

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

d) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ*  
Nível de instrução do pai

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	3.960	14,56	174	6,19	4,39
Primário completo ou gin. incomp.	3.408	19,52	357	12,69	6,60
Ginásial completo ou col. incomp.	3.583	12,93	250	8,90	6,98
Colegial completo ou sup. incomp.	5.650	20,39	564	20,06	9,98
Superior completo	9.105	32,86	1.467	52,16	16,11

*"Essa variável impressiona. Mais da metade dos candidatos classificados são alunos cujos pais têm instrução de nível superior completa."*

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de seleção 88 - UFRJ.

e) *Universidade Federal de Pernambuco - PE*

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	*	*	*	*	•
Primário completo ou gin. incomp.	•	•	•	•	•
Ginásial completo ou col. incomp.	•	•	•	•	•
Colegial completo ou sup. incomp.	•	•	•	•	•
Superior completo	6.179	29,5	1.593	43,0	25,78

Fonte: Vestibular 89 - Relatório Analítico / COVEST - UFPE

\*Dados não disponíveis.

f) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RGN*  
Qual o grau de instrução do seu pai?

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhum	2.377	14,59	128	7,13	5,30
Primário	8.453	51,91	715	39,87	8,40
Ginásio	2.435	14,95	292	16,28	11,90
Colegial	1.759	10,80	310	17,28	17,60
Superior	1.236	7,59	345	19,24	24,90

*"Os percentuais de desempenho crescem proporcionalmente com o grau de instrução do pai."*

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico-culturais dos candidatos ao concurso vestibular da UFRN - 1982.

g) *Universidade Estadual do Ceará - CE*  
Nível de instrução do pai

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	2.634	30,0	586	21,3	22,24
Primário completo ou gin. incomp.	1.476	16,8	376	13,7	25,47
Ginásial completo ou col. incomp.	1.101	12,5	326	11,9	29,61
Colegial completo ou sup. incomp.	1.862	21,2	715	26,1	38,40
Superior completo	1.407	16,0	653	23,8	46,41

Fonte: Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV/1988

h) *Universidade de Fortaleza - CE*  
Nível de instrução do pai

Instrução do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	842	18	115	11	13,66
Primário completo ou gin. incomp.	729	16	117	11	16,05
Ginásial completo ou col. incomp.	459	10	81	8	17,65
Colegial completo ou sup. incomp.	1.015	22	231	22	22,76
Superior completo	1.39	31	453	44	31,48

*"Em relação aos aprovados, existe um forte predomínio dos candidatos filhos de pais com nível superior completo, que representam perto de 50% dos aprovados. Apenas 13,66% dos filhos de pais sem nenhuma instrução foram classificados, enquanto 31,48% dos filhos de pais de nível superior completo foram aprovados no vestibular."*

Fonte: O concurso vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO 89

a) *Fundação Universidade do Rio Grande - RGS*  
Grau de escolaridade da mãe

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	744	28,71	228	27,83	30,65
Primário completo ou gin. incomp.	912	35,21	262	31,98	28,73
Ginasial completo ou col. incomp.	352	13,58	117	14,27	33,24
Colegial completo ou sup. incomp.	345	13,31	129	15,74	37,39
Superior completo	237	9,15	83	10,13	35,02

*"O melhor desempenho na classe foi o daqueles cuja mãe possui curso superior incompleto."*

Fonte: Análise das informações sócio-econômicas - Vestibular 82 - Universidade do Rio Grande.

b) *Universidade Federal de Santa Catarina - SC*  
Qual o nível de instrução da sua mãe?

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	2.826	18,1	328	12,3	11,61
Primário completo ou gin. incomp.	5.037	32,1	694	26,0	13,78
Ginasial completo ou col. incomp.	2.251	14,3	416	15,6	18,48
Colegial completo ou sup. incomp.	3.144	20,0	707	26,5	22,49
Superior completo	1.804	11,5	438	16,4	24,28

Fonte: Relatório vestibular - 1988/Universidade Federal de Santa Catarina.

c) *Universidade Estadual Paulista - SP*  
Nível de instrução da mãe

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	4.227	13,33	609	16,69	14,41
Primário completo ou gin. incomp.	9.603	30,28	1.229	33,69	12,80
Ginasial completo ou col. incomp.	4.133	13,03	426	11,68	10,31
Colegial completo ou sup. incomp.	6.390	20,15	628	17,22	9,83
Superior completo	6.536	20,61	688	18,86	10,53

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

d) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ*  
Nível de instrução da mãe

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	4.297	15,51	172	6,13	4,00
Primário completo ou gin. incomp.	6.527	23,56	443	15,77	6,79
Ginasial completo ou col. incomp.	4.722	17,04	393	13,96	8,32
Colegial completo ou sup. incomp.	6.948	25,08	909	32,33	13,08
Superior completo	5.212	18,81	895	31,81	17,17

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de seleção 88/UFRJ

e) *Universidade Federal de Pernambuco - PE*

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	•	•	•	•	•
Primário completo ou gin. incomp.	•	•	•	•	•
Ginasial completo ou col. incomp.	•	•	•	•	•
Colegial completo ou sup. incomp.	•	•	•	•	•
Superior completo	4.818	23	1.297	35	26,92

Fonte: Vestibular 89 - Relatório Analítico / COVEST - UFPE  
\*Dados não disponíveis.

f) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RGN*  
Qual o grau de instrução de sua mãe?

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	1.794	11,01	95	5,29	5,20
Primário completo ou gin. incomp.	9.041	55,52	756	42,16	8,30
Ginasial completo ou col. incomp.	3.022	18,56	388	21,63	12,80
Colegial completo ou sup. incomp.	1.759	10,80	361	20,13	20,50
Superior completo	646	3,96	189	10,54	29,20

*"Esta questão parece evidenciar a tese de que a convivência com pessoas de maior grau de instrução é importante para classificação no vestibular."*

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico-culturais dos candidatos ao concurso vestibular da UFRN - 1982.

g) *Universidade Estadual do Ceará - CE*  
Nível de instrução da mãe

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	2.169	24,7	477	17,5	21,99
Primário completo ou gin. incomp.	1.662	18,9	410	15,0	24,67
Ginásial completo ou col. incomp.	1.384	15,8	432	15,8	31,21
Colegial completo ou sup. incomp.	2.278	26,0	884	32,3	38,81
Superior completo	1.034	11,8	459	16,8	44,39

Fonte: Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV / 1988

h) *Universidade de Fortaleza - CE*  
Nível de instrução da mãe

Instrução da mãe	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Nenhuma ou primário incompleto	658	14	76	7	11,55
Primário completo ou gin. incomp.	857	18	140	14	16,34
Ginásial completo ou col. incomp.	595	13	102	10	17,14
Colegial completo ou sup. incomp.	1.450	31	394	38	27,17
Superior completo	951	20	288	28	30,28

*"Os filhos de mães de baixa instrução classificaram somente 11,55% dos seus candidatos, para uma aprovação de 30,28% dos filhos de mães de nível superior."*

Fonte: O concurso vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO/89.

Algumas conclusões podem ser tiradas quanto à influência da escolaridade dos pais:

- observa-se um equilíbrio na distribuição dos candidatos inscritos em relação ao nível de instrução do pai em todas as Universidades analisadas;
- em relação aos candidatos aprovados existe um forte predomínio dos candidatos filhos de pais com níveis mais altos de instrução, que representam em muitos casos mais de 50% dos classificados;
- pequenas percentagens de filhos de pais sem instrução foram aprovados, enquanto expressivos valores percentuais de filhos de pais de nível superior conseguem aprovação;
- novamente a UNESP-SP apresenta valores percentuais destoantes da maioria nacional, o que reforça a crença de que no Estado de São Paulo o ensino é mais aproveitado;

- e) nota-se uma influência menor do grau de escolaridade da mãe na aprovação dos candidatos, mas expressivos valores são verificados para os filhos de mães de melhor instrução;
- f) em todas as Universidades observa-se um melhor desempenho dos filhos de mães de maior escolaridade em relação aos filhos de mães de baixa instrução.

#### 4.4. Ocupação principal do pai

As diversas ocupações possíveis foram agrupadas de maneira diferente em cada uma das Universidades, mas este fato não invalida a possibilidade de uma análise conjunta destes dados.

##### a) Universidade Federal de Santa Catarina - SC

Qual a ocupação principal de seu pai ou responsável?

Grupos	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Profissões liberais e altos cargos administrativos, gerência e diretor	2.865	19,09	694	26,42	24,22
Altas posições de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais	2.556	17,03	545	20,75	21,32
Posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais	5.473	36,47	908	34,56	16,59
Ocupações manuais especializadas, cargos de rotina não manuais	2.494	16,62	296	11,27	11,87
Ocupação semi-especializada e não especializada	1.617	10,78	184	7,00	11,40

Fonte: Relatório Vestibular 1988/UFSC

##### b) Universidade Estadual Paulista - SP

Ocupação principal do pai ou responsável?

Grupos	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Profissões liberais e altos cargos administrativos, gerência e diretor	6.522	20,56	647	17,74	9,92
Altas posições de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais	6.654	20,98	681	18,67	10,23
Posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais	11.597	36,56	1.370	37,55	11,81
Ocupações manuais especializadas, cargos de rotina não manuais	4.372	13,78	619	16,97	14,16
Ocupações semi-especializadas e não especializadas	2.006	6,32	275	7,54	13,71

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

c) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ*  
 Ocupação principal do pai

Alternativas	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Industrial, banqueiros, incorporador	1.165	4,20	115	4,08	13,23
Proprietário na agricultura, no comércio e nos serviços de alojamento	3.385	12,22	350	12,46	
Diretor, administrador ou gerente	3.167	11,43	384	13,66	
Ocupação de nível superior	6.444	23,26	1.045	37,14	
Militar oficial	1.583	5,71	189	6,72	
Militar não oficial	1.557	5,62	78	2,78	7,66
Ocupação de nível médio	4.698	16,96	401	14,27	
Ocupação manual nos serviços e no comércio	5.327	19,23	236	8,38	4,38
Trabalhador manual na agricultura	380	1,37	14	0,51	

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de seleção 88/UFRJ.

d) *Universidade Federal de Pernambuco - PE*  
 Formação dos pais

Alternativas	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Pai universitário	6.179	29,5	1.593	43,0	25,78
Pai não universitário	14.767	70,5	2.112	57,0	14,30
Mãe universitária	4.818	23,0	1.297	35,0	26,92
Mãe não universitária	16.128	77,0	2.408	65,0	14,93

Fonte: Relatório analítico - Vestibular 89 - COVEST/UFPE

e) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RGN*  
Qual das categorias melhor descreve a ocupação do seu pai?

Alternativas	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Magistério	220	1,35	45	2,50	20,40
Profissional liberal	836	5,13	136	7,58	16,20
Diretor de empresa	221	1,35	42	2,34	19,00
Comerciante	2.932	17,95	360	20,07	12,30
Militar	1.390	8,53	210	11,71	15,10
Funcionário Público	3.205	19,68	387	21,58	12,00
Proprietário de Fazenda	779	4,78	68	3,79	8,70
Agricultor	2.535	15,56	131	7,30	5,10
Ocupação técnica (vendedor, bancário, secretário)	371	2,27	67	3,73	18,00
Ocupação manual especializada	1.581	9,71	134	7,47	8,40
Ocupação manual não especializada	204	1,25	30	1,67	14,70
Outras	1.846	11,33	173	9,64	9,30
Desempregado	111	0,68	4	0,22	3,60

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico-culturais dos candidatos ao concurso vestibular da UFRN - 1982

f) *Universidade Estadual do Ceará - CE*  
Ocupação principal do pai.

Ocupação do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Profissional liberal e téc. de nível superior	983	11,3	436	15,9	44,35
Proprietário e administrador de grande empresa	257	2,9	78	2,8	30,35
Proprietário de média empresa	936	10,7	292	10,7	31,20
Proprietário de pequena empresa	1.571	18,0	475	17,4	30,24
Professor de 1º ou de 2º grau	164	1,9	52	1,9	31,70
Ocupação no setor primário	491	5,6	97	3,6	19,76
Ocupação no setor secundário	744	8,5	178	6,5	23,92
Ocupação no setor terciário	2.882	33,0	915	33,5	31,75
Vive de renda	86	1,0	10	0,4	11,62
Desempregado	22	0,2	6	0,2	27,27

Fonte: Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV/1988

g) Universidade de Fortaleza - CE  
Ocupação principal do pai

Nível	Ocupação do pai	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
		Total	%	Total	%	
1	Proprietários e adm. de grandes empresas	276	6	59	6	
	Profissionais liberais e técnicos de nível superior	982	21	302	29	
	Proprietários de médias empresas	642	14	126	12	
	Administradores	541	12	132	13	
	Militares oficiais	142	3	30	3	
Total		2.583	56	649	63	25,13
2	Profissionais e técnicos de nível médio	301	6	66	6	
	Proprietários de pequenas empresas	620	13	123	12	
	Professores secundários e téc. e adm. do setor primário	93	2	21	2	
	Técnicos e auxiliares	168	4	31	3	
	Militares não oficiais e atletas profissionais	63	1	16	2	
Total		1.245	26	257	25	20,64
	Professores primários e afins	50	1	12	1	
	Ocupações de escritório	85	2	17	2	
	Mestres, contramestres e ocupações na ind. mecânica	135	3	20	2	
	Ocupações de transporte e comunicações	146	3	27	3	
	Trabalhadores na construção e assemelhados	377	8	43	4	
Total		793	17	119	12	15,01

Fonte: O vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO 89

O nível em que se situa a ocupação do pai do candidato tem uma grande influência na possibilidade de aprovação no concurso vestibular. Sobre esta influência podemos fazer os comentários:

- percebe-se claramente o predomínio das classes alta e média em relação às classes menos privilegiadas já na inscrição dos candidatos;
- após o concurso verificamos que as maiores percentagens de ocupação das vagas estão nas categorias de maior nível de status;
- em relação ao percentual relativo, observa-se que o desempenho dos candidatos cujos pais exercem ocupações mais importantes é sempre bem melhor do que

- aquele dos filhos de pais de profissões mais simples;
- d) mais uma vez a UNESP-SP apresentou um resultado discrepante em relação às demais;
- e) esta influência é uma conseqüência direta do nível de vida dos diversos estratos sociais, onde, evidentemente, os filhos das famílias das classes mais altas dispõem de melhores colégios, professores particulares, livros à vontade, ambiente apropriado para o estudo e, às vezes, até carro próprio;
- f) ao contrário, aqueles que vêm de classes mais baixas, enfrentam dificuldades de toda ordem, do transporte à alimentação, passando por todos os outros problemas próprios da pobreza.

#### 4.5. Renda familiar

Como no item anterior, os limites de renda foram diferentes, mas este fato não invalida a análise conjunta dos dados estatísticos adotados.

##### a) Fundação Universidade do Rio Grande - RS Renda familiar mensal

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Menos de 1 SM	29	1,12	10	1,22	34,40
De 1 a 3 SM	574	22,18	164	20,09	28,57
Mais de 3 até 5 SM	694	26,82	213	26,10	30,69
Mais de 5 até 10 SM	701	27,09	222	27,20	31,66
Mais de 10 SM	589	22,76	207	25,36	35,15

*"É na última faixa que se concentra o maior percentual de aprovados. Analisando a aprovação em cada curso, percebe-se que nos cursos onde houve maior disputa candidatos/vaga e aprovação concentra-se ainda mais nos que possuem renda familiar mais elevada: Medicina (42%) e Oceanologia (51%)."*

Fonte: Análise das informações sócio-educacionais - Vestibular 82 - Universidade do Rio Grande.

##### b) Universidade Federal de Santa Catarina - SC Qual a renda total de sua família?

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Menos de 1 SM	73	0,5	17	0,6	23,29
De 1 a 4 SM	1.369	8,6	148	5,5	10,81
Mais de 4 até 7 SM	2.674	17,1	356	13,3	13,20
Mais de 7 até 11 SM	4.213	26,9	601	22,5	14,27
Mais de 11 SM	7.015	44,7	1.511	56,6	21,54

Fonte: Relatório vestibular - 1988/Universidade Federal de Santa Catarina

c) *Fundação Estadual Paulista - SP*  
Renda mensal familiar

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Até Cz\$ 4.000,00	2.885	9,10	469	12,86	16,22
De Cz\$ 4.000,00 a Cz\$ 8.400,00	6.658	20,99	906	24,84	13,61
Mais de Cz\$ 8.400,00 até Cz\$ 11.700	5.496	17,33	654	17,93	11,90
Mais de Cz\$ 11.700 até Cz\$ 16.000	4.798	15,13	551	15,10	11,48
Mais de Cz\$ 16.000 até Cz\$ 20.000	3.716	11,72	372	10,20	10,01
Mais de Cz\$ 20.000 até Cz\$ 31.600	4.412	13,91	408	11,18	9,25
Mais de Cz\$ 31.600	3.195	10,07	239	6,55	7,48

Fonte: Relatório Vestibular 87 - VUNESP

d) *Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ*  
Renda mensal total da família

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Até Cz\$ 3.000	1.052	3,80	64	2,28	6,08
Mais de Cz\$ 3.000 até Cz\$ 7.000	2.842	10,26	136	4,84	4,79
Mais de Cz\$ 7.000 até Cz\$ 10.000	3.928	14,18	211	7,50	5,37
Mais de Cz\$ 10.000 até Cz\$ 20.000	6.200	22,38	487	17,32	7,85
Mais de Cz\$ 20.000 até Cz\$ 30.000	4.745	17,13	530	18,85	11,17
Mais de Cz\$ 30.000 até Cz\$ 50.000	4.000	14,44	550	19,56	13,75
Mais de Cz\$ 50.000 até Cz\$ 70.000	2.232	8,06	367	13,05	16,44
Mais de Cz\$ 70.000	2.707	9,77	467	16,61	17,25

"Salário mínimo na época da inscrição: Cz\$ 1.969,62.

Quanto maior a renda familiar, maior a proporção de alunos classificados no concurso."

Fonte: Perfil sócio-cultural dos candidatos classificados no concurso de seleção 88/UFRJ.

e) *Universidade Federal de Pernambuco - PE*  
Renda familiar

Rendim mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Menor de 5 SM	6.493	31	778	21	11,98
Entre 10 e 20 SM	3.560	17	778	21	21,85
Maior de 20 SM	4.189	20	1.112	30	26,55

"O vestibular põe à mostra a forte correlação que existe entre o nível de renda e desempenho acadêmico da população, em função da fragilidade da estrutura de ensino público de 1º e 2º graus."

Fonte: Vestibular 89 - Relatório Analítico / COVEST-UFPE

f) *Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RGN*  
Qual a renda da família?

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Menos de 1 SM	230	1,41	45	2,50	19,57
De 1 a 3 SM	1.099	6,74	182	10,14	16,56
Mais de 3 até 5 SM	4.317	26,51	570	31,78	13,20
Mais de 5 até 10 SM	8.475	52,03	789	43,98	9,31
Mais de 10 SM	2.161	12,58	207	11,53	9,58

*"Permane a indagação sobre a fidedignidade das informações quando se consideram os parâmetros onde o maior número de classificados está na faixa de menor renda."*

Fonte: Estudo analítico de dados sócio-econômico- culturais dos candidatos ao concurso vestibular da UFRN - 1982.

g) *Universidade Estadual do Ceará - CE*  
Renda mensal do pai

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Até 1 SM	506	5,8	81	3,0	16,01
De 1 a 3 SM	1.622	18,6	360	13,2	22,19
Mais de 3 até 6 SM	1.803	20,7	568	20,9	31,50
Mais de 6 até 10 SM	1.576	18,1	533	19,6	33,82
Mais de 10 até 20 SM	1.311	15,0	507	18,6	38,67
Acima de 20 SM	1.224	14,0	516	19,0	42,16

Fonte: Perfil dos candidatos aos cursos da UECE - CEV/1988

h) *Universidade de Fortaleza - CE*  
Renda mensal do pai

Renda mensal do pai ou da família	Inscritos		Aprovados		Percentual Relativo
	Total	%	Total	%	
Até 1 SM	255	5,43	32	3,07	12,55
De 1 a 3 SM	570	12,14	81	7,79	14,21
Mais de 3 até 6 SM	786	16,74	163	15,68	20,74
Mais de 6 até 10 SM	841	17,92	184	17,70	21,88
Mais de 10 até 20 SM	855	18,21	219	21,07	25,61
Acima de 20 SM	1.244	26,50	331	31,85	26,61

*"Nota-se um pior desempenho no concurso das faixas de menores renda, o que é ressaltado pelos maiores índices de aprovação com o crescimento dos salários."*

Fonte: O concurso vestibular na Universidade de Fortaleza - MAIO 89.

---

Há uma irrefutável correspondência entre a renda familiar mensal do candidato e o seu desempenho no concurso vestibular, o que é mostrado em números nos quadros apresentados e nos comentários a seguir:

- a) a distribuição dos inscritos no concurso em função da renda familiar do candidato mostra um crescimento no mesmo sentido do aumento dos salários, o que indica uma seleção prévia já na inscrição do concurso, onde os de menor renda candidatam-se menos;
- b) este fato, já observado em outros comentários anteriores, indica que a distribuição dos inscritos nas diversas faixas de renda é o inverso da realidade da renda da população como um todo;
- c) nota-se um pior desempenho no concurso das faixas de mais baixa renda, o que é destacado pelos maiores índices de aprovação com o crescimento dos salários.

## 5. CONCLUSÃO

### 5.1. Comentários finais

O panorama observado na problemática do acesso à Universidade brasileira apresenta-se condicionado, marcadamente, por alguns fatores limitantes que tendem a tornar cada vez mais traumática a transição entre os níveis de ensino secundário e superior. Estes aspectos, que foram observados ao longo deste estudo, embora não possam sofrer uma generalização, dada a precariedade dos dados disponíveis de apenas oito instituições, certamente não estão muito afastados de uma afirmação incontestável. Na verdade, nenhum estudo de cunho rigorosamente científico foi feito até agora para verificar as reais influências das variáveis sócio-econômicas nos resultados do exame de seleção para acesso à Universidade. Apesar disso, porém, podemos observar que determinados fatores podem ser considerados como influenciadores deste processo de seleção existente à entrada da Universidade.

O atual quadro existente às portas da Universidade Brasileira tem-se caracterizado pelas seguintes condições:

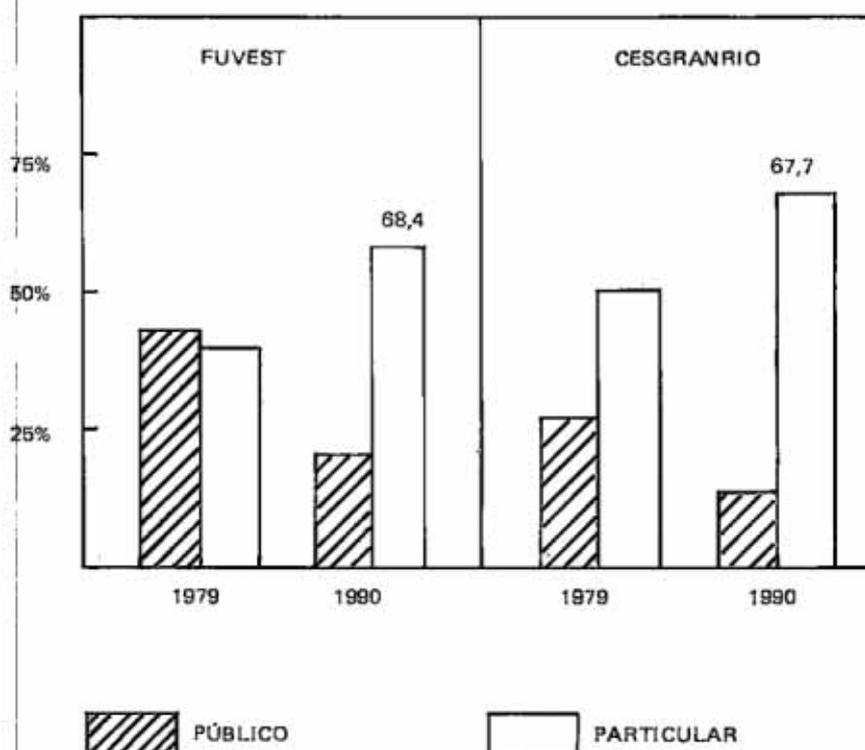
- a) *poucas vagas disponíveis* nos cursos de graduação das IES do país em relação ao número de candidatos que pleiteiam o ensino superior, o que coloca fora da Universidade grandes contingentes de egressos do 2º grau. Estima-se que neste ano de 1989 cerca de 2 milhões de jovens foram impedidos de chegar à educação superior;
- b) *discriminação no acesso à Universidade* em função de fatores sócio-econômicos, o que é observado largamente nos relatórios comentados e onde se verifica que têm mais chance de aprovação os alunos de escolas particulares, os que estudam durante o dia, os filhos de pais de nível superior, aqueles que compõem famílias de elevada renda ou de ocupantes de funções destacadas na hierarquia profissional. Esta discriminação assume aspectos ainda mais graves na escolha dos cursos quando aqueles socialmente bem situados ocupam quase que totalmente o espaço dos cursos de prestígio, enquanto que para os dependentes

de família de baixa renda sobram os cursos de baixa procura e pouco mercado de trabalho. Recente pesquisa efetuada com os matriculados no primeiro semestre da USP diagnosticou que, no curso de Medicina, 79,1% dos alunos pertencem à classe alta, 80,3% no curso de Engenharia, 72,7% no curso de Arquitetura, 68,1% no curso de Direito, enquanto que o total de alunos com pais de ocupações semi ou não especializadas é de apenas 1,6%. Mais alarmante do que estes dados são as projeções feitas por Mauro, em seu trabalho *"Influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira"* (1985). Analisando os relatórios dos concursos vestibulares de 1979 a 1984 realizados pela FUVEST e CESGRANRIO, o autor fez as projeções para 1990, em função das tendências observadas no período, e concluiu: "que, fatalmente, se elevará o índice de elitização da universidade pública:

- a maioria dos candidatos será oriunda das escolas de 2º grau particulares em percentuais muito mais significativos de que aqueles registrados em 1979, como mostra o gráfico nº 2;

GRÁFICO 2

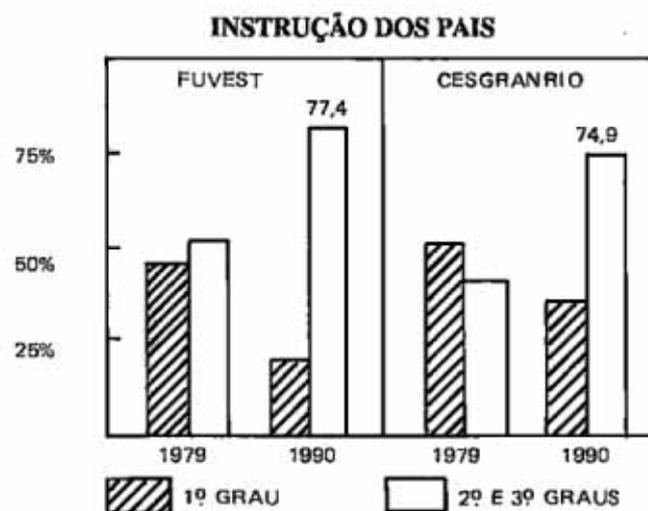
ESTABELECIMENTO DE 2º GRAU



Fonte: MAURO, L.F.C (1985). *A influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira*, São Paulo, p.177-181.

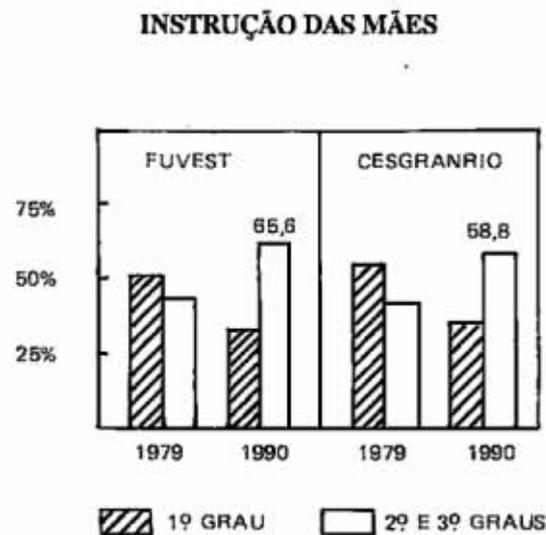
- o nível de escolarização dos pais dos candidatos, em 1990, superará expressivamente o dos classificados em 1979, conforme se observa nos gráficos nº 3 e nº 4;

**GRÁFICO 3**



Fonte: MAURO, L.F.C. (1985). *A influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira*, São Paulo, p.177-181.

**GRÁFICO 4**

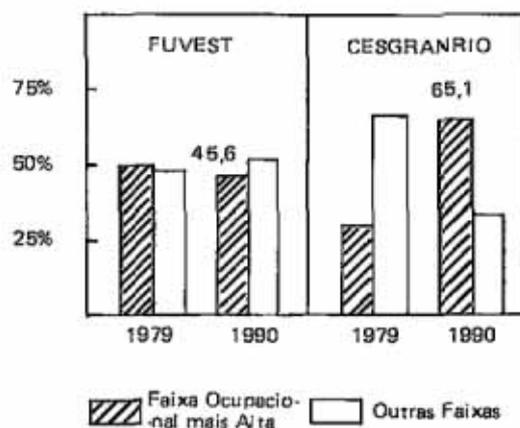


Fonte: MAURO, L.F.C. (1985). *A influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira*, São Paulo, p.177-181.

- os pais de candidatos deverão pertencer, na sua maioria, à mais alta faixa ocupacional, tais como alto funcionário público, alto funcionário de empresas privada, profissional liberal, banqueiro, fazendeiro, industrial, grande acionista (gráfico nº5);

**GRÁFICO 5**

**FAIXA OCUPACIONAL DOS PAIS**

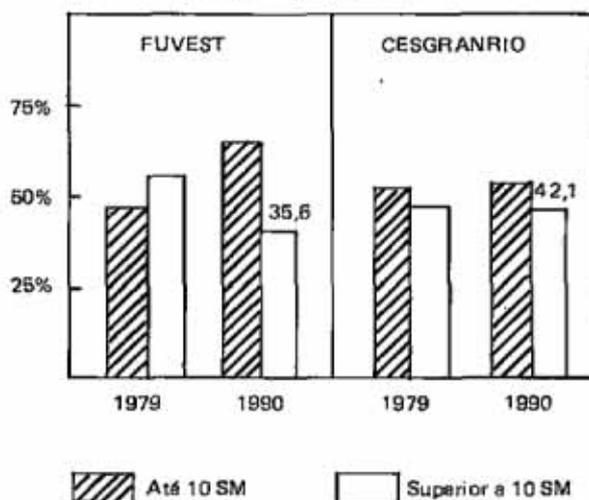


Fonte: MAURO, L.F.C (1985). *A influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira*, São Paulo, p.177-181.

- a renda familiar de mais de um terço dos candidatos deverá ser superior a dez salários mínimos, como mostra o gráfico nº 6º.

**GRÁFICO 6**

**RENDA FAMILIAR**



Fonte: MAURO, L.F.C (1985). *A influência de condições sócio-econômicas no acesso à Universidade brasileira*, São Paulo, p.177-181.

- c) *falta de preparo intelectual* da grande maioria dos alunos que procuram o 3º grau de ensino, fruto de uma formação fundamental e secundária deficientes oferecida pelas escolas públicas, onde professores mal remunerados e sem preparo juntam-se a uma carência de laboratórios e bibliotecas para proporcionar um ensino caótico e de má qualidade. Além do mais, um precário domínio do conteúdo das matérias ensinadas por boa parte do corpo docente do 1º e 2º graus vem proporcionando um ensino superficial e de baixo nível, que tem levado o alunado a exprimir-se com dificuldade, a organizar mal suas idéias e a não estabelecer relações na interpretação de fatos. Nada mais lógico, portanto, que os alunos das escolas particulares, onde pratica-se um ensino de melhor qualidade, levem uma nítida vantagem sobre aqueles que vêm dos estabelecimentos oficiais;
- d) *falta de alternativas* para o exercício de uma profissão após a conclusão do 2º grau, uma vez que este nível de ensino manteve o seu caráter geral, sem uma terminalidade que ofereça uma capacitação técnica que permita o ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, a sociedade brasileira sempre manteve uma aspiração mítica em relação aos privilégios proporcionados pelo diploma universitário, o que resulta numa forte pressão em busca de um lugar na Universidade, mesmo que seja em cursos marginais ou para os quais não se tenha pendor. Tal fato vem produzindo índices alarmantes de desistência de cursos, longa permanência para a integralização dos currículos, grandes solicitações para a mudança de carreiras e até o puro e simples abandono de diplomas obtidos;
- e) *alunos ricos no ensino público* têm sido uma das graves distorções do ensino superior brasileiro, o que foi mostrado largamente nos relatos apresentados neste trabalho. Este fato, com as tendências apontados para os próximos anos, cria uma expectativa indesejável de elitização crescente da Universidade, especialmente nas instituições públicas. Dentro desta moldura de elevada demanda por cursos de nível superior, agravada pela limitação de vagas oferecidas pelas instituições e pelo crescimento demográfico da população brasileira em 2,0 a 3,0% ao ano, torna-se indispensável a adoção de uma sistemática de seleção via concurso vestibular, o que provoca, conforme vimos, cada vez mais e de forma indesejada, a escolha de candidatos de nível sócio-econômico mais elevado para os cursos de maior prestígio, que são mantidos, em sua maioria, pelo sistema público de ensino. Aliás, Vianna (1987), no artigo *Acesso à Universidade: um estudo de validade*, realfirma isto com muita propriedade:

*"O vestibular é, assim, indispensável dentro do atual sistema, que privilegia os privilegiados a fim de que possam usufruir mais um privilégio: o ensino de 3º grau."*

- f) *alunos pobres no ensino pago* têm sido o resultado de sua exclusão na procura do ensino em uma instituição pública, o que também o leva a obter vaga em cursos de baixo prestígio e de má qualidade. Mauro (1985), na sua tese sobre o assunto, diz o seguinte:

*"Num contexto assim configurado, cumpre reconhecer que a par disso, e por causa disso, a própria gratuidade do ensino público de nível superior, cujo objetivo, em tese, seria o de democratizar de vez os benefícios da educação, passa a desempenhar, contraditória e paradoxalmente, papel oposto. E isso porque o Estado, ao garantir gratuidade*

*indiscriminada e amparando com isso, precisamente, os alunos oriundos de estratos sociais mais altos - que, afinal, são os que chegam em maior número ao ensino superior - se mostra passivo às insuperáveis dificuldades daqueles cuja situação financeira é precária. O que, em última instância, importa atentar contra princípio maior, o da Justiça Social."*

## 5.2. Necessidades básicas para o final do século

Tendo em vista as expectativas para o término deste século, espera-se da educação superior do país uma resposta aos grandes questionamentos feitos pelos diferentes segmentos da sociedade, especialmente a respeito de uma política clara para este nível de ensino.

Para o atual período governamental, o 1º PND-NR estabelece o seguinte:

*"A nova república dispõe-se a vencer a crise da Universidade brasileira. Para tanto, foram fixadas as seguintes diretrizes políticas:*

- restaurar e restituir à universidade brasileira suas condições de pleno funcionamento para que possa cumprir com autonomia, liberdade de trabalho, competência e qualidade, sua missão científica e pedagógica;*
- para que isto ocorra, importa adequar a educação superior à nova realidade do país e torná-la mais eficiente para responder as demandas da sociedade e do desenvolvimento, particularmente em termos de qualificação e capacitação científica e tecnológica;*
- esta adequação passa pela solução de problemas crônicos que resistem ao tempo e se agudizaram nos últimos anos, quais sejam: manutenção das IES federais, revisão de métodos, conteúdos e organização do trabalho acadêmico; desobstrução de amarras legais e normativas que inviabilizam a autonomia universitária e a estabilidade de bons programas, proporcionando flexibilidade e condições para que as universidades mesmas operem as mudanças, dentro dos padrões de qualidade e responsabilidade pública."*

Dentro de uma perspectiva para a próxima década, podemos estabelecer que uma política destinada ao ensino superior deverá considerar necessariamente:

- a) o fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica como forma de galgar degraus e queimar etapas do processo de desenvolvimento econômico, para o qual servirá de base indispensável;
- b) a formação de quadros técnicos necessários ao mercado de trabalho, em quantidade e qualidade, e em condições de responder com eficiência as demandas do desenvolvimento econômico e tecnológico;
- c) a adoção de novas concepções de ensino superior pela utilização de meios eletrônicos, de cursos intensivos, de educação à distância e tutorial que, sem perda dos padrões de qualidade e competência, poderão atingir grandes massas de estudantes;
- d) a adequação dos cursos e currículos às constantes mutações do mercado de trabalho, de modo a preparar um profissional polivalente, de sólida formação básica nas grandes áreas do conhecimento e capaz de se adaptar com facilidade às variações da demanda de empregos;

- e) o ajustamento do ensino superior à realidade do País de modo a permitir uma compatibilidade entre vagas oferecidas, pessoas formadas e empregos disponíveis.

### 5.3. Políticas e estratégias

Associando-se os dados referidos às expectativas mencionadas até o final do século em relação ao quadro de acesso ao ensino superior brasileiro e considerando que o crescimento econômico do país depende basicamente de uma oferta adequada de pessoal de nível superior, em quantidade e em qualidade, entendemos que devam ser adotadas as seguintes políticas:

- I) Expandir as vagas nas Instituições de Ensino Superior, considerando a necessidade de atendimento do mercado de trabalho e do crescimento econômico do país, sem descuidar dos critérios que produzam qualidade e competência do formando.
- II) Democratizar o acesso ao ensino superior pelo estabelecimento de condições mais equitativas de competitividade no concurso vestibular, através de um amparo efetivo ao estudante carente.
- III) Fomentar os programas de apoio aos estudantes que iniciam a Universidade como forma de diminuir as acentuadas diferenças sócio-econômicas verificadas, com o objetivo de permitir-lhe um melhor aproveitamento nos estudos superiores.
- IV) Criar novos cursos profissionalizantes a nível de segundo grau de modo a introduzir modalidades alternativas de estudo e de atendimento ao mercado de trabalho.

Definidos os objetivos das políticas a adotar em relação ao acesso ao ensino superior, devem ser estabelecidas as linhas de ação mais favoráveis para alcançar os fins desejados.

Dá a necessidade de estabelecer as estratégias para o problema, especialmente no que se refere às prioridades que serão escolhidas, ao uso dos recursos disponíveis e à concentração de esforços.

Para cada uma das políticas fixadas serão estabelecidas linhas de ação, que se imagina ser o melhor caminho para atingir os objetivos colimados.

Estas estratégias serão as seguintes:

- I) *Para a expansão de vagas nas IES, sem descuidar dos critérios que produzem qualidade e competência do formando:*
  - 1. aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas na medida das possibilidades e nas áreas de maior demanda;
  - 2. introduzir os cursos noturnos, especialmente nas instituições públicas, para atendimento dos estudantes que trabalham durante o dia, porém sem relegar os critérios de qualidade e competência;
  - 3. proceder uma avaliação entre as vagas atualmente ofertadas, o número de conclusões e as possibilidades de emprego em determinadas profissões.

II) *Para a democratização do acesso ao ensino superior:*

1. universalizar o ensino de primeiro e segundo graus de maneira a permitir que os egressos destes níveis adquiram conhecimentos e habilidades indispensáveis à formação superior;
2. melhorar de forma substancial a formação dos professores do ensino fundamental e secundário para que os mesmos possam transmitir conteúdos mais rigorosos e extensos;
3. instituir salários compatíveis para os professores de ensino fundamental e secundário, como também proporcionar-lhes condições adequadas de trabalho;
4. exigir das Universidades e Estabelecimentos Isolados uma maior responsabilidade na formação de professores do ensino básico, através de um apoio efetivo às licenciaturas;
5. utilizar os recursos oriundos da cobrança da taxa de inscrição dos concursos vestibulares na concessão de bolsas e auxílios à formação de professores de nível primário e secundário;
6. promover pesquisas educacionais que procurem diagnosticar com fidelidade os condicionantes sócio-econômicos do acesso à Universidade brasileira.

III) *Para fomentar os programas de apoio aos estudantes que iniciam a Universidade:*

1. ampliar as bolsas de estudo para as instituições públicas e privadas, obedecendo-se a um duplo critério de competência e carência de recursos, exigindo, no entanto, uma contra prestação de serviços de natureza apropriada por parte do beneficiado;
2. rever a gratuidade do ensino público de nível superior, com o objetivo de cobrar dos alunos que podem pagar, vinculando os recursos arrecadados a programas em favor dos que não têm condições sócio-econômicas;
3. estabelecer diversas formas de apoio ao estudante carente tais como assistência médica, dentária, alimentar, habitacional, cultural, esportiva e artística.

IV) *Para criar cursos profissionalizantes a nível de segundo grau de modo a introduzir modalidades alternativas de estudo:*

1. resgatar o ensino técnico-profissionalizante como uma forma própria de educação integrada do adolescente e do jovem trabalhador;
2. reorientar as modalidades especializadas de educação profissionalizante, mediante a apropriação de tecnologias avançadas, com vistas a aumentar sua eficácia social e econômica;
3. eliminar os aspectos corporativistas e cartoriais do exercício profissional do País, que vêm limitando a liberdade das instituições de ensino superior no estabelecimento de novos currículos e formatos educacionais.